

Bresser vê redução de 60%

São Paulo — O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que lançou no governo passado a tese da incorporação dos juros atrasados ao principal da dívida e seu refinanciamento total, calculou ontem que a reedição dessa idéia, acoplada à transformação dos atuais créditos em bônus, implicará uma redução entre 50% a 60% do endividamento do País. Isso não só pelo alongamento do resgate dos novos títulos, que têm prazo de 15 a 45 anos, mas sobretudo pelo menor nível de juros que o Brasil está disposto a pagar aos credores privados — abaixo da "Libor", taxa de juros de Londres —, o que acabará impondo um deságio ao estoque da dívida próximo ao que ocorre no mercado secundário.

Bresser, um dos participantes da carta de conjuntura deste mês

da Ordem dos Economistas de São Paulo, também disse que um dos elementos fundamentais da proposta de renegociação brasileira é a imposição de limites aos pagamentos da dívida, condicionando-os aos recursos fiscais que o País é capaz de gerar. Segundo ele, essa atitude não representou qualquer surpresa para os credores, já que na carta de intenções ao FMI (Fundo Monetário Internacional) o Brasil incluiu nas projeções fiscais e cambiais o pressuposto de que o pagamento não ultrapassaria 50% dos juros.

O ex-ministro, que acha a proposta "irrecusável" para os credores, acredita que acabará prevalecendo o sistema de leilões (o banco que oferecer maior desconto recebe seus créditos).